

Governo usará a LDO para adiar férias no Congresso

Convencido de que a campanha eleitoral para prefeito e vereador vai esvaziar o Congresso a partir de agosto, o governo preparou uma estratégia para adiar o início das férias dos deputados e senadores e ganhar mais um mês para as votações.

Para esticar os trabalhos do Congresso até o final de julho, o governo está disposto a atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Constituição determina que os parlamentares não podem entrar em recesso sem votar a LDO.

"Depois de agosto, a campanha eleitoral vai parar o Congresso", argumenta o líder do governo no Senado, Marco Maciel. A estratégia batizada de "semestrão" pretende garantir mais tempo para o secretário de Governo, Jorge Bor-

nhausen, reunir a maioria de votos dos deputados e senadores para aprovar projetos considerados "prioritários". Parte desses projetos está engavetada há mais de um ano por falta de apoio político — quadro que o governo espera reverter depois da distribuição de cargos aos partidos aliados.

Bornhausen trabalha em duas frentes para conseguir votos. Na Câmara, o ministro investe na adesão de dois novos partidos à base de sustentação do Planalto — o PRS, do governador de Minas Hélio Garcia, e o PST, presidido pelo ex-governador do Paraná Álvaro Dias. Como está difícil formalizar uma base com a maioria de votos da Câmara e do Senado, o ministro investe também em acordos com partidos da oposição para aprovar projetos específicos.

A meta do governo é aprovar

até o início das férias dos parlamentares a criação de dois novos impostos — sobre combustíveis e sobre o saldo devedor do Sistema Financeiro da Habitação, que dependem de emenda constitucional, além de um ajuste fiscal, cujo estudo ainda não foi concluído. A missão Bornhausen inclui também a aprovação de projetos de lei de modernização dos portos e de propriedade industrial, considerados polêmicos.

A parte mais pacífica da missão, segundo a avaliação dos líderes governistas, é a votação do projeto que regulamenta a exploração pela iniciativa privada dos serviços públicos mediante concessão. A proposta é assinada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e conta com o apoio do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB).